A Palestina explicada aos brasileiros: um manifesto pela libertação

Christina Stephano de Queiroz[1]
Luís Augusto Meinberg Garcia[2]

Resumo: Este texto introduz e republica o editorial "Ao Povo Americano", veiculado inicialmente em outubro de 1947 na revista *O Oriente*, dirigida pelo jornalista e escritor brasileiro de origem síria Mussa Kuraiem (1894-1974). Escrito às vésperas da Resolução 181 da ONU, que instituiu a partição da Palestina, o manifesto evidencia o comprometimento de intelectuais de origem árabe que viviam em São Paulo com a luta anticolonial e anti-imperialista na Palestina, desconstruindo alguns dos mitos fundadores do sionismo. A republicação deste editorial pretende mostrar como esses intelectuais compreenderam e explicaram ao público brasileiro os efeitos do sionismo e do colonialismo na Palestina no momento em que a *Nakba*, ou catástrofe, se consumou.

Palavras-chave: *O Oriente;* Diáspora árabe; Questão Palestina; Anticolonialismo.

PALESTINE EXPLAINED TO BRAZILIANS: A MANIFESTO FOR LIBERATION

Abstract: This text introduces and republishes the editorial "To the American People," originally published in October 1947 in the magazine *O Oriente*, edited by the Brazilian journalist and writer of Syrian origin Mussa Kuraiem (1894–1974). Written on the eve of UN Resolution 181, which established the partition of Palestine, the manifesto reveals the commitment of Arab-descendant intellectuals living in São Paulo to the anti-colonial and anti-imperialist struggle in Palestine, while deconstructing some of the founding myths of Zionism. The republication of this editorial seeks to demonstrate how these intellectuals understood and explained to the Brazilian public the effects of Zionism and colonialism in Palestine at the moment when the *Nakba*, or catastrophe, unfolded.

Keywords: O Oriente; Arab diaspora; Question of Palestine; Anticolonialism.

[1]Professora visitante da Cátedra Edward Saïd de Estudos da Contemporaneidade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), diretora de comunicação do Icarabe e jornalista de ciência. E-mails: christina.queiroz@unifesp.br e queirozchris@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7614-5340.
[2] Pesquisador da Cátedra Edward Saïd de Estudos da Contemporaneidade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutorando em Ciências Sociais pela Unifesp, com bolsa FAPESP (nº processo: 2025/21579-4). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: luis.meinberg@unifesp.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2325-7461.

Apresentação do manifesto

O texto "Ao Povo Americano" foi publicado originalmente[3] em outubro de 1947 na revista *O Oriente*, dirigida por Mussa Kuraiem (1894-1974), intelectual de ascendência síria e cristã[4] que nasceu na cidade de São Simão, no interior de São Paulo.



Figura 1: Capa da edição de outubro de 1947 da revista *O Oriente*.
Fonte: *O Oriente* (outubro/1947).

O editorial, que não é assinado, foi mantido em sua grafia original e apresenta marcas linguísticas e gramaticais do português brasileiro da época. Escrito em um momento crítico da geopolítica mundial, reflete as tensões e expectativas que antecederam a Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que aconteceu em 29 de novembro de 1947 em Nova York, nos Estados Unidos, e foi presidida pelo diplomata brasileiro Oswaldo Aranha (1894-1960). A medida estabeleceu a partição da Palestina e declarou a independência do Estado de Israel, acontecimentos que levaram à *Nakba* (catástrofe, em árabe) para o povo palestino.

O editorial manifesta o pensamento de um grupo de intelectuais árabes residentes no Brasil, que já naquele período compreendiam e denunciavam os fundamentos do projeto sionista, procurando explicar a complexidade da Questão Palestina para o leitor brasileiro com didatismo e lucidez. Orbitando em torno de Kuraiem e da revista *O Oriente*, intelectuais como o poeta Chafiq Maluf (1905-1976) se apresentavam como árabes e brasileiros e usufruíram de uma educação elitizada.

[3] A publicação original pode ser acessada no acervo da North Carolina State University: https://arabicsearch.org/browse-periodicals.

[4] A revista *O Oriente* foi uma publicação da imprensa árabe no Brasil. Circulou entre 1927 e 1974, editando textos sobre temas diversos, como geopolítica internacional, política brasileira, cultura e literatura árabe e brasileira e a vida da comunidade árabe no país.

Apesar de estarem presentes em ambientes da alta sociedade paulistana, nas páginas de *O Oriente* eles refletiram e opinaram criticamente sobre projetos coloniais, com especial atenção ao que acontecia na Palestina. Cabe mencionar que, dois anos antes da publicação deste editorial, em 1945, foi fundada a Liga Árabe, principal organização intergovernamental que defendia a união de todos os povos e nações de língua árabe. A efervescência de um sentimento e de uma sensibilidade árabe ressoou diretamente entre esses intelectuais no Brasil, ao fortalecer a solidariedade transnacional entre as comunidades árabes em diáspora. Portanto, o crescimento histórico da ideia de uma "unidade árabe", conectou membros da elite intelectual paulistana à Causa Palestina e à defesa de uma sensibilidade árabe compartilhada.

A atualidade da análise de Kuraiem e seu grupo, formulada nos anos 1940, reside em sua desconstrução de mitos fundadores do sionismo, como o suposto direito bíblico ao território palestino, a suposta paisagem desértica da região ou a necessidade de criar um lar nacional para judeus perseguidos. Tais reflexões dialogam com o pensamento de historiadores contemporâneos, como o palestino Nur Masalha, o norte-americano de origem palestina Rashid Khalidi e o israelense Ilan Pappé (ver texto de Joel Gordon nesta edição). Esses pensadores escrutinaram arquivos para compreender, entre outros elementos, como era a sociedade palestina antes da Nakba, os movimentos de resistência à ocupação de colonos israelenses e o que acontecia nos bastidores enquanto o projeto sionista foi gestado e colocado em prática. Se hoje esses historiadores vêm lutando para desmistificar ideias equivocadas que estão arraigadas no senso comum, na década de 1940, Kuraiem e seus interlocutores buscavam refutar hipóteses falaciosas em processo de formulação ou assimilação. O editorial é, assim, um manifesto pela libertação do homem, posicionando a causa palestina como indissociável da luta anticolonial e anti-imperialista global.

Lendo o texto que republicamos a seguir, nos questionamos como as ideias de Kuraiem e seu grupo circularam pela sociedade brasileira daquela época. Também nos perguntamos o que aconteceu, nas últimas décadas, para que elas fossem esquecidas ou solapadas por alguns dos mitos que tentaram combater.

Dirigindo-se "aos povos e governos das Nações Unidas e às suas delegações reunidas em uma Assembleia Geral", bem como aos povos das Américas, o editorial atribui à Grã-Bretanha e à Declaração Balfour de 1917 a responsabilidade central pela crise na Palestina. Ao denunciar o Mandato Britânico (1920-1948) como um instrumento do Reino Unido para garantir bases estratégicas e econômicas no Oriente Médio, o texto sustenta a tese de que a solução para os conflitos entre palestinos e forças sionistas não viria da criação de um Estado étnico, mas da independência da Palestina e do respeito a seus habitantes.

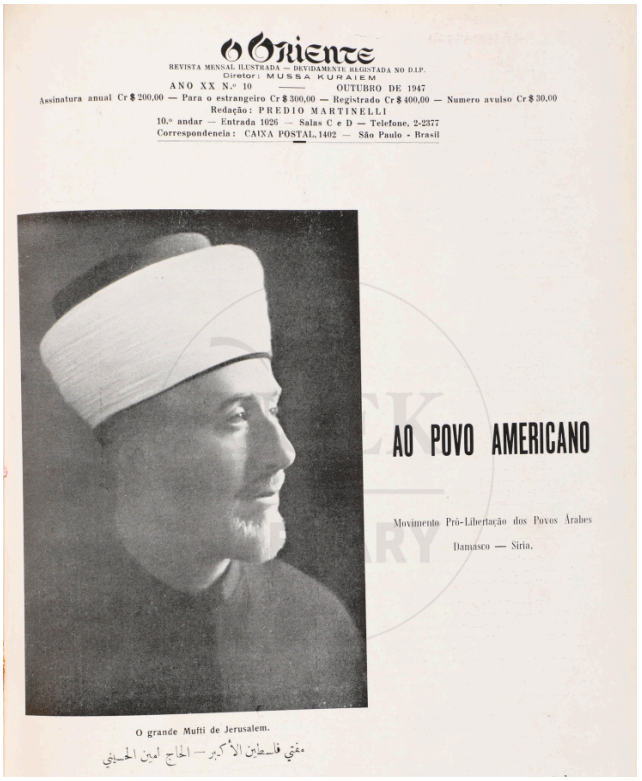
O manifesto refere-se às perseguições sofridas pelos judeus na Europa utilizando expressões como "alguns vexames", "alguns massacres" ou sugerindo que o problema foi "intencionalmente exagerado" pela propaganda sionista. Não endossamos o uso desses termos. No entanto, é preciso compreender que, à época, ainda não se tinha a dimensão plena do que foi o Holocausto, cuja magnitude só seria amplamente documentada e assimilada nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, a partir dos Julgamentos de Nuremberg (1945-1946).[5] O texto faz uma crítica ao uso

[5] Esses julgamentos envolveram uma série de tribunais militares internacionais realizados na Alemanha para julgar altos líderes nazistas por crimes de guerra, contra a paz e a humanidade.

político do sofrimento judaico como justificativa para a colonização da Palestina, mas suas formulações, vistas hoje, parecem relativizar a violência vivenciada por mais de 6 milhões de judeus que foram mortos no Holocausto. Mantivemos a grafia e o teor original do documento como um testemunho do pensamento anticolonial árabe desse grupo de intelectuais naquele período e recomendamos a leitura dessas passagens considerando o contexto histórico de produção do manifesto.

O texto constitui uma fonte histórica primária que expressa o pensamento crítico de intelectuais de origem árabe engajados na luta anticolonial durante a consumação da *Nakba*. Seu tom reivindicativo sugere que, na década de 1940, tinha-se esperança de um desfecho menos trágico para o povo palestino. A revista *O Oriente* foi publicada de 1928 até 1974. Nas suas edições, observamos como depois de 1948 o otimismo presente em algumas análises foi cedendo lugar a um olhar de descrédito. Além disso, também é possível notar um processo de tomada de consciência a respeito da dimensão do Holocauso. Esse desalento, no entanto, não se converteu em silêncio. Até a publicação do último número da revista, que só deixou de ser editada em razão do falecimento de Kuraiem, a Palestina foi tema recorrente, incluindo os conflitos que agravaram a situação na região e a inércia da ONU para buscar soluções, o posicionamento controverso de alguns países e, especialmente, a questão dos refugiados. Em diversas edições, *O Oriente* abordou e explicou para o leitor brasileiro o drama das pessoas deslocadas e a precariedade do cotidiano em campos de refugiados.

Ao recolocar o editorial em circulação, buscamos reavivar a memória de uma tradição de escritores que, mesmo marcada por diferentes visões políticas, incluindo desde as mais liberais até posicionamentos nacionalistas, contestava narrativas e incursões violentas, comprometendo-se com a luta por uma Palestina livre.


O ORIENTE

REVISTA MENSAL ILUSTRADA — DEVIDAMENTE REGISTADA NO D.I.P.

Diretor: MUSSA KURAIEM

ANO XX N.º 10 — OUTUBRO DE 1947

Assinatura anual Cr$ 200,00 — Para o estrangeiro Cr$ 300,00 — Registrada Cr$ 400,00 — Numero avulso Cr$ 30,00

Redação: PREDIO MARTINELLI

10.º andar — Entrada 1026 — Salas C e D — Telefone, 2-2377

Correspondencia: CAIXA POSTAL, 1402 — São Paulo - Brasil

AO POVO AMERICANO

Movimento Pró-Libertação dos Povos Árabes

Damasco — Síria.

O grande Mufti de Jerusalem.

مفتي فلسطين الأكبر — الحاج امين الحسيني

Figura 2: Página de abertura do texto reproduzido abaixo
Fonte: *O Oriente* (outubro/1947).

Ao Povo Americano

Movimento Pró-Libertação dos Povos Árabes
Damasco, Síria

"Não odiamos a nenhum povo, só queremos paz, liberdade e justiça para nosso povo e para todos os povos." Estas foram as palavras que nos serviram de lema na campanha que durante anos temos desenvolvido em terras ibero-americanas e do Oriente pela libertação do homem.

Estas palavras mesmas expressam com fidelidade o sentimento profundo que domina e orienta, neste seu novo renascimento, o mundo árabe, cujos povos repudiam toda ambição de conquista e estão firmemente decididos a libertar-se de todo vestígio de domínio imperialista e a ajudar todo outro povo do mundo a libertar-se do jugo estrangeiro.

Estas palavras mesmas são as que nos inspiram ao nos dirigir agora aos povos e governos das Nações Unidas e às suas delegações reunidas em uma Assembleia Geral convocada especialmente para estudar uma vez mais o problema da Palestina.

Não é nossa intenção a de influenciar com argumentos sentimentais e com recursos de retórica a opinião dos Estados-membros das Nações Unidas. Nosso único objetivo é o de retificar os erros e as falsidades que intencionalmente uma propaganda interessada tem estado repetindo durante gerações, de tal modo que, na mente de muitos homens, adquiriram a fôrça de verdades indiscutíveis.

Para demonstrar a justiça da causa árabe na questão da Palestina não se necessita tergiversar a realidade; bastará expô-la objetiva, clara e imparcialmente. E, para que essa causa triunfe, não haverá necessidade de recorrer à fôrça, nem muito menos ao terror a que recorrem os adeptos do sionismo; bastará que ela seja julgada por uma consciência internacional reta, capaz de pôr fim às mentiras do imperialismo e desmascarar suas criminosas manobras, que têm sido o motivo das mais grandes e espantosas tragédias e calamidades que sofrem a humanidade em todos os tempos.

O mais grave êrro que poderia cometer a Assembléia Geral das Nações Unidas seria o de estudar o problema palestino à luz dos documentos emanados a respeito durante os últimos trinta anos, já seja do governo britânico ou da extinta Sociedade das Nações. Isso significaria deixar de lado a realidade dos fatos para perder-se nos labirintos das criações artificiosas da diplomacia, a maioria das vêzes postas no serviço de interêsses inconfessáveis. Isto seria perpetuar as aberrações e os erros e conduziria fatalmente a dar ao problema uma solução que descansaria sôbre bases falsas e insustentáveis.

É indispensável libertar-se da declaração Balfour e do Mandato e de todos os livros brancos[6] da diplomacia britânica, que são elementos estranhos à questão em si mesma, a fim de poder compreender esta questão em sua realidade nua e achar-lhe uma solução justa e duradoura.

Outro grave êrro que poderia cometer a Assembléia Geral das Nações Unidas seria o de considerar esta questão sòmente como um litígio entre árabes e judeus. A

[6] Os Livros Brancos foram documentos oficiais emitidos durante o Mandato Britânico para reinterpretar e ajustar a promessa de apoiar a criação de um lar nacional judeu na Palestina.

verdade é que esta questão constitui simplesmente um ato de agressão cometido pela Grã-Bretanha e o sionismo internacional, ou melhor dito, pelo imperialismo contra os árabes, sob a máscara do pretendido propósito humanitário de dar um Lar Nacional aos judeus.

Com efeito, a Grã-Bretanha é o primeiro e principal responsável pela agravação dêste problema e, se não fôra por ela, jamais houvera podido entrar e estabelecer-se na Palestina uma quantidade tão grande de sionistas contra a vontade dos próprios filhos do país. A Grã-Bretanha também é o primeiro principal responsável pela política de averiguações fictícias e de postergações injustificáveis que tem tido por resultado a manutenção até agora da Palestina sob o Mandato, em meio de um estado de cousas anormal e cheio de perigos, cuja prorrogação só pode ser proveitosa para o imperialismo. Mais adiante volveremos a examinar o problema sob êste ângulo.

Quanto às pretenções sionistas, como elas se baseiam essencialmente em dois argumentos primordiais — o primeiro, que um Estado judeu na Palestina resolveria o problema dos judeus perseguidos no mundo; e o segundo, que a Palestina pertence aos judeus por direito histórico, porquanto ela é a Terra Prometida de que fala o Antigo Testamento — seria o caso de perguntar se, por uma parte, o território exíguo da Palestina pode resolver aquele problema dos judeus perseguidos que buscam refúgio e, por outra parte, se êsses judeus são na realidade os dependentes e herdeiros do povo de Israel e, portanto, possuem algum direito, ainda que não seja mais que simbólico, sôbre a Terra Prometida. Estas duas pretensões, assim como as várias outras que vamos examinar, são, como se verá em seguida, completamente falsas.

Os sionistas evocam em apoio de suas demandas diversos argumentos que não resistem à mais ligeira análise e alguns dos quais não são mais do que simples mitos, um deles êsse de seus direitos históricos sôbre a Palestina.

Na realidade, os israelitas, hebreus ou judeus, não são originários da Palestina. Tribos semíticas nômades vieram à Palestina igualmente como muitas outras tribos e trataram de conquistá-la para nela se estabelecer, porém jamais lograram realizar totalmente sua conquista. Nunca existiu na Palestina uma nação judia estabelecida sobre sólidas bases. Antes da invasão dos judeus, durante sua presença e depois de sua dispersão, sempre a Palestina estêve habitada por populações não judias, que opuseram uma resistência tenaz à dominação hebréia e às quais os judeus trataram em vão de submeter ou exterminar. Històricamente, pois, os judeus não possuem direito algum sôbre a Palestina, ainda que supondo que êstes judeus de hoje foram os únicos descendentes dos judeus de há dois mil anos, o que, por outra parte, está muito longe de ser uma verdade.

Um segundo argumento é o dos direitos religiosos, baseados no fato de que na Palestina estão situados os monumentos veneráveis da religião judia e os lugares santos onde se desenvolveram os fatos relatados na Bíblia.

Para contestar êste argumento basta recordar que a Bíblia é um livro sagrado não só para os judeus, senão também para os cristãos e maometanos; que os fatos nela relatados interessam aos fiéis das três religiões por igual medida; e que todos os lugares santos para os judeus são santos também para os cristãos e muçulmanos, que têm ademais em terras da Palestina outros muitos lugares cuja santidade os judeus não reconhecem, embora constituam para os adeptos das outras duas religiões o objeto da veneração mais profunda.

Um terceiro argumento, um dos mais sentimentais e, portanto, de mais seguro efeito, com especialidade entre os fiéis de certas seitas cristãs, é aquêle a que já nos referimos: da necessidade do retorno de Israil, o povo da Bíblia, à Terra Prometida. Mas, em realidade, nada indica que estes sionistas que querem apoderar-se da Palestina sejam o povo de Israil.

Nem todos os que professam hoje a religião judia nas diversas regiões do mundo pertencem a uma só raça, nem constituem etnicològicamente um povo; êles não são descendentes de Israil, nem constituem tampouco a maioria dos descendentes de Israil.

Basta recordar que, se os descendentes de Israil houvessem seguido professando o judaísmo de geração em geração, seu número se elevaria agora a várias centenas de milhões, para saber que a imensa maioria dos descendentes de Israil não são na atualidade judeus. Muitos dos judeus de há dois mil anos se converteram ao cristianismo ou ao Islam, enquanto outros, sem renegar sua antiga religião, continuaram vivendo no Oriente.

Os judeus que se dispersaram pelo mundo se mesclaram com todas as raças. Do ponto de vista étnico, mais ajustado à realidade seria dizer que os atuais habitantes da Palestina são descendentes do povo da Bíblia com muito mais razão do que os judeus do Ocidente.

Outro argumento do qual abusou a propaganda sionista é o que afirma que os árabes converteram a Palestina em um deserto e que os judeus, em poucos anos, tornaram a convertê-la numa terra fértil e produtiva.

É realmente desonesto que pessoas de elevada cultura utilizem para fins de propaganda argumentos dessa índole. As causas do letargo em que viveu o Oriente nos últimos séculos são inúmeras e muito variadas — políticas, geográficas, patológicas — e não é êste o lugar para enumerá-las e analisá-las. O certo é que cinco séculos de dominação otomana foram de conseqüências funestas para o Oriente árabe. Mas os povos dêste Oriente, libertados do jugo otomano primeiro e do imperialismo europeu depois, demonstraram ser dignos sucessores daqueles árabes que criaram na Idade Média a admirável civilização de Damasco, Bagdá, Córdoba, Sevilha e Granada.

E o enorme progresso na agricultura e na indústria que se observa hoje no Líbano, a Síria, o Iraque e o Egito é obra exclusiva de árabes e não de sionistas nem de estrangeiros. O capital e os progressos da ciência tornaram possíveis nos últimos tempos certas realizações que antes eram impossíveis ou entravam na categoria dos milagres; uma delas, precisamente, a fecundação do deserto, que hoje pode ser levada a cabo com a mesma facilidade quer pelos árabes quer pelos sionistas.

Enfim, o argumento que por ora parece representar o papel mais decisivo é o da necessidade de dar refúgio aos judeus perseguidos da Europa Central. Diremos a êste respeito que muito se tem falado até agora do problema dos judeus como o de uma raça perseguida, cujos membros necessitam de um Lar Nacional para estar ao abrigo de tôda ameaça e dano, e, de nossa parte, acreditamos que este problema da raça perseguida tem sido intencionalmente exagerado a fim de comover todos os homens e conseguir seu apôio para as pretensões sionistas.

Deixemos bem estabelecido, em primeiro lugar, que é completamente errôneo mesclar este problema ao da Palestina, pois são duas questões diferentes e de todo independentes uma da outra.

Digamos, em segundo lugar, que na Grã-Bretanha e seu enorme império, nos Estados Unidos da América, na União Soviética, na França, assim como na imensa maioria dos países, o judeu vive com inteira liberdade e goza de todos os direitos dos demais cidadãos. Desta maneira participa no govêrno dos mais grandes impérios e das mais poderosas nações da Terra e representa um papel considerável na administração do mundo. Os judeus que algumas vêzes foram objeto de perseguição eram os que viviam na Europa Central. As causas dessa perseguição não eram exclusivamente religiosas, como se pretende, e se pode dizer pelo contrário, que elas eram principalmente econômicas. Mas todos esses países sofreram depois da segunda guerra mundial profundas transformações econômicas e sociais, e é difícil conceber que no futuro uma nova onda de perseguição possa ter lugar nêles. Demais, nessa parte do mundo não foram os judeus os únicos perseguidos nem os que mais sofreram. O problema econômico dessa região excessivamente povoada tem dado origem durante séculos a lutas desapiedadas, das quais foram vítimas milhões e milhões de homens de diversos povos, em sua imensa maioria cristãos. O problema dêsses povos sem dúvida é muito mais que o dos judeus e exige muito mais que o dêstes uma solução urgente. Mas parece que o sionismo tem sabido fazer melhor uso da propaganda para obrigar a todo o mundo a ocupar-se das angústias de três ou quatro milhões de homens em vêz de ocupar-se das angústias das centenas de milhões de homens.

E, falando de perseguições, como esquecer que, se três ou quatro milhões de judeus habitantes da Europa Central têm suportado alguns vexames e têm sido objeto de alguns massacres, trinta ou quarenta milhões de árabes vêm suportando a opressão e vêm sendo e continuam sendo objeto de massacres durante gerações e gerações? O problema dos judeus perseguidos, assim como o de todo o povo oprimido, não pode ser considerado nem resolvido separadamente dos outros problemas que inquietam em nosso tempo a humanidade. Todos esses problemas desaparecerão automàticamente quando as Nações Unidas cheguem a ser uma força capaz de impôr em tôdas as partes o respeito à liberdade e ao direito, dirigir todos os esforços neste sentido, em vêz de malbaratá-los buscando soluções artificiosas e momentâneas, seria ganhar tempo e apressar o advento do reino da felicidade para todos os homens.

Mas, se se insiste em achar uma solução imediata para o problema dêsses judeus perseguidos, é indubitável que nem a criação de um Estado sionista na Palestina, como pede a maioria dos dirigentes hebreus, nem a criação nêsse país de um Lar Nacional judeu, segundo a expressão habilmente ambígua da Declaração Balfour, nem a divisão do país segundo a aparente tendência da nova política britânica, nem a entrada de novos imigrantes, como querem alguns círculos dos Estados Unidos, nem um Estado dual meio árabe meio judeu, como pediu o sr. Magues, podem solucionar êsse problema.

A superfície da Palestina não oferece nenhuma possibilidade de solução para êsse problema de milhões de judeus que desejariam fugir da Europa para uma nova pátria onde esperam encontrar o bem-estar e a tranqüilidade. Nêste ponto estão de acordo quase todos os peritos que em diferentes oportunidades foram encarregados de estudar a questão. Seria pueril e perigoso deixar-se impressionar pela literatura sentimental dos Van Paasen em livros do gênero de The Forgotten Ally, que poderiam com razão considerar-se a síntese de todo estudo objetivo, ou pela literatura

pseudo-científica dos Lothermilk em livros como Land of Promise, que se poderia muito bem considerar a exageração desmesurada de um sonho irrealizável.

Todos os projetos de irrigação que, como aquêle ao qual fêz referência em um de seus discursos sensacionais Mr. Wallace, fariam possível a vida a muitos milhões de pessoas no Vale do Jordão, são projetos fantásticos que, se forem tomados a sério, terminariam em uma verdadeira tragédia. Os líderes do sionismo não podem ignorar estas realidades. O território da Austrália é quase trezentas vezes maior do que o da Palestina, e a densidade da população de pessoas por quilómetro quadrado na Palestina é de uma pessoa por quilómetro quadrado na Austrália. Alguma cousa parecida se descobre quando se fazem comparações desta índole entre a Palestina por uma parte e, por outra parte, os Estados Unidos, Canadá, a União Soviética e outros países de enorme extensão geográfica. Não obstante, todos êsses países restringem a imigração e, ao mesmo tempo, muitos dêles querem que a Palestina deixe abertas suas portas de par em par à imigração judia.

A realidade é que os líderes sionistas, que lògicamente não desconhecem a capacidade limitada do território palestino, ocultam detrás do Lar Nacional judeu e do Refúgio para os judeus perseguidos uma grande emprêsa de imperialismo econômico e pensam em converter a Palestina em um formidável centro industrial que, açambarcando os mercados do Oriente Médio, poderia proporcionar trabalho a vários milhões de operários. Mas êste também é um projeto destinado ao mais terrível fracasso, já que, para que um tal centro industrial possa existir, ter-se-ia que aplicar no Oriente Médio a teoria do povo senhor — o judeu, que seria o único industrial — e os povos escravos, que seriam todos os outros e que se dedicariam exclusivamente à agricultura. Por outro lado, haveria que eliminar tôda a concorrência de mercadorias americanas, britânicas, soviéticas ou outras. Mas nem isto nem aquilo será possível.

Os povos do Oriente Médio aspiram a ser povos industriais, como todos os povos do mundo. E a produção nas grandes nações irá em aumento constante e terá que se impôr nos mercados velhos e novos por todos os meios imagináveis, incluído o de uma concorrência desapiedada, a fim de evitar uma desocupação que poderia conduzir a uma revolução social, cujas conseqüências dificilmente podem ser calculadas.

É indubitável que, na sonhada Palestina sionista, antes de passar poucos anos, a crise mais espantosa condenaria à miséria e à morte os milhões de operários que, enganados pela propaganda, houvessem vindo em busca do tranqüilo refúgio. E a Terra Prometida, o Paraíso Prometido, se converteria então em um inferno insuportável, em uma tumba tenebrosa para os judeus vindos de todas as regiões da terra. Na verdade, a propaganda que quer fazer crer aos judeus que a Palestina para êles é uma solução é simplesmente uma propaganda criminal, e os judeus conscientes deveriam ser os primeiros em combatê-la.

A tudo isto há que ajuntar ainda algo muito importante. Muito se tem dito das causas das perseguições que os judeus sofreram em certos países da Europa. Alguns têm querido crer que as causas são puramente religiosas. Outros, que elas são ao mesmo tempo religiosas e raciais. Outros têm assinalado o racismo espiritual ou psicológico dos judeus como o principal motivo. A realidade é que, além de tôdas estas cousas e ainda muito mais que todas estas cousas, razões econômicas, como já dissemos antes, têm dado origem a tais perseguições. Essas mesmas razões

econômicas criaram constantemente dificuldades insalváveis entre árabes e judeus. Já de per si, criar um Estado judeu na Palestina ou permitir uma nova imigração judia à mesma seria criar uma causa permanente de máu-estar no Oriente Médio, sem solucionar o problema judeu.

Seria converter a Palestina em uma entidade econômico-geopolítica monstruosa, como tantas outras que existem no mundo e que têm sido a causa de constantes guerras e calamidades para a humanidade inteira. O esfôrço da humanidade consciente deve-se dirigir a remediar a situação dos povos que vivem sob condições econômico-geopolíticas semelhantes e não a agravar as cousas criando novas entidades mais monstruosas quiçá que as já existentes. A Palestina é um país árabe, rodeado por todas as partes de países árabes. Arrancá-lo a seus habitantes para dá-lo aos judeus seria já engendrar nos árabes um sentimento de ódio ante êste ato, que não poderia ser considerado senão como um despojo.

E êsse ódio aumentaria mais e mais à medida que os judeus invadissem os mercados com suas mercadorias e condenassem os produtores e os trabalhadores árabes à paralização. E a luta seria uma luta de morte e dela poderiam resultar gravíssimas conseqüências, entre as quais não há que descartar-se as revoluções de tôda espécie, a anarquia, a guerra e a miséria para muitos milhões de homens, com os resultados nefastos inevitáveis para todo o resto do mundo.

Uma enorme responsabilidade cai sôbre a Grã-Bretanha por haver permitido que se siga durante mais de um quarto de século alimentando a esperança dos judeus de criar um Estado sionista na Palestina. A declaração Balfour, com sua hábil ambigüidade, tem permitido semelhante engano. O imperialismo é amoral. Para êle, sempre o fim justifica os meios. No caso da Palestina, o fim que se propunha o imperialismo era o de pôr o pé e tratar de perpetuar-se nessa região do mundo, nua de comunicações entre continentes e oceanos, de tão enorme importância econômica e estratégica. Para alcançar êsse fim, nada melhor que aproveitar o movimento sionista e estabelecer assim uma grande minoria judia na Palestina, minoria cuja existência faria justificável o Mandato, o Protetorado ou a Tutela. Pouco importa o sangue que seja derramado para realizar êste desígnio, assim como importa enganar a milhões de sêres humanos, fazendo-lhes sonhar com um paraíso que, em vêz de ser um paraíso, será para êles na realidade uma jaula asfixiante ou uma sepultura coletiva.

Com ares de cegos egoísmos imperialistas, árabes e judeus têm sido enganados e sacrificados, e dêste monstruoso crime é responsável uma minoria exígua de homens que, sob a máscara do humanismo, oculta propósitos inconfessáveis.

Realizado já o plano de estabelecer uma grande maioria israelita na Palestina, os britânicos tratam agora de realizar a segunda parte do programa que desde o primeiro momento se haviam traçado: o de assegurar-se nessa parte do mundo bases estratégicas e econômicas em lugar das que perderam no Egito e outros países do Oriente Médio. Por isso, tôda proposta ou sugestão que vier da parte da Grã-Bretanha deve ser considerada como suspeita.

A solução natural e justa do problema da Palestina está em dar a êsse país imediatamente sua independência, convocar o povo para que eleja livremente suas autoridades e ponha assim fim a um Mandato cuja política malfadada tem mantido muitas vêzes em sangue a Terra Santa e ameaça agora provocar um conflito cujos alcances ninguém poderia prever.

Dar independência à Palestina e reconhecer aos seus habitantes o direito de governar-se a si mesmos seria atuar de acordo com os princípios fundamentais da Carta Orgânica das Nações Unidas e eliminar uma das causas de inquietude para as gerações presentes e vindouras. Seria também ganhar uma batalha para a paz no Oriente Médio, essa região que tem sido sempre e será no futuro muito mais ainda um dos fatôres mais decisivos para a paz e para a guerra.

Os árabes, pela posição geográfica que ocupam, podem constituir uma das forças principais que salvarão a humanidade e a civilização da catástrofe. Por isso, sua emancipação e organização será um dos acontecimentos mais importantes do século, e as nações ciosas de servir elevados ideais humanos deverão tratar de eliminar por todos os meios as causas que tiveram por conseqüência retardar o momento em que os árabes voltarão a representar um papel de primeira classe na história para o bem de todo o gênero humano.

Nêste novo despertar, os árabes não alimentam aspiração alguma de conquista. Estão animados, em troca, pelo desejo de trabalhar para eliminar as divergências e fazer reinar a harmonia nas relações internacionais, de colaborar na construção de um mundo melhor e mais feliz, de contribuir para a garantia da justiça e a liberdade, de cooperar por todos os meios possíveis ao advento de uma humanidade unida, em cujo seio todos os homens possam viver como cidadãos de um mundo no qual reinem o bem, a verdade e a beleza.

Todos os povos que têm lutado no passado ou lutam no presente para obter sua emancipação devem apoiar aos árabes da Palestina em suas justas reivindicações, porque a libertação da Palestina é uma parte da libertação dos povos árabes, e a libertação dos povos árabes é uma parte da libertação de todos os povos, uma parte da libertação do homem em todos os recantos da Terra.



Figura 3: Mussa Kuraiem e autoridades religiosas e políticas da Síria analisam um mapa antigo da Palestina. Fonte: *O Oriente* (agosto/1974).

Referências bibliográficas

Khayrallah Center for Lebanese Diaspora Studies. *O Oriente*, Vol. 20, Issue 10, 10 jan. 1947. CCAB/Lar Sírio Pró-Infância/ICArabe/Club Homs, CCAB, USEK Library. https://arabicocr-app.s3.amazonaws.com/oori_19471001_20_10_2.pdf.

Khayrallah Center for Lebanese Diaspora Studies. *O Oriente*, Vol. 20, Issue 10, 10 jan. 1947. CCAB/Lar Sírio Pró-Infância/ICArabe/Club Homs, CCAB, USEK Library. https://arabicocr-app.s3.amazonaws.com/oori_19471001_20_10_3.pdf.

Khayrallah Center for Lebanese Diaspora Studies. *O Oriente*, Vol. 47, Issue 8, 01 ago. 1947. CCAB/Lar Sírio Pró-Infância/ICArabe/Club Homs, CCAB, USEK Library. https://arabicocr-app.s3.amazonaws.com/oori_19740801_47_8_90.pdf.

DOI desta publicação: https://doi.org/10.34024/47b1ve25.